

Roteiros do Futuro
- Conferência “Nascer em Portugal”

Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Autores
Vários

Design Gráfico
Teresa Cardoso Bastos - Design

Tiragem de 500 exemplares,
em papel couché semi mate de 150 gramas

Acabou-se de imprimir em Dezembro de 2012,
nas Oficinas Gráficas da Imprensa
Nacional-Casa da Moeda

Depósito Legal: 352033/12

Edição: 1019223

ÍNDICE

Sessão de Abertura

5. Sua Excelência o Presidente da República
9. João Lobo Antunes, Comissário da Conferência, “Nascer em Portugal”

Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE

15. Olivier Thevenon, INED/OCDE, “Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE”
23. Pedro Pita Barros, Faculdade Economia/UNL

Fecundidade e instituições na Europa

29. Gerda Neyer, University of Stockholm, “Estado providência, políticas de apoio à família e da fertilidade”
41. Karin Wall, ICS

Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos

49. Gunnar Andersson, University of Stockholm, “Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos”
67. Ana Nunes de Almeida, ICS

Nascer em Portugal

73. Maria João Valente Rosa, PORDATA,FFMS, “Fecundidade e Natalidade: Valores e Tendências”
83. António Barreto, FFMS

Fecundidade e Natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde

91. Maria Filomena Mendes, Universidade de Évora, “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”
111. Isabel Tiago de Oliveira, ISCTE/IU, “A Fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”
131. Vanessa Cunha, ICS, “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas de natalidade”
145. Maria do Céu Machado, Universidade de Lisboa “Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde”
153. Mário Leston Bandeira, ISCTE/IU, “O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa”
159. Manuel Villaverde Cabral, ICS

Homenagem ao Senador Professor Massimo Livi Bacci

165. Massimo Livi Bacci, “Declínio da Fertilidade Europeia e Portuguesa”
171. Sua Excelência o Presidente da República

AS DECISÕES REPRODUTIVAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O ALCANCE E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA NATALIDADE

VANESSA CUNHA
(ICS-UL)

Resumo

O incentivo à natalidade constitui um tópico recorrente da agenda política dos países europeus que registam uma baixa fecundidade persistente, como é o caso de Portugal, pelas suas consequências na sustentabilidade demográfica e do próprio Estado Social.

No entanto, importa refletir sobre o lugar das políticas públicas de natalidade no quadro da privatização dos comportamentos reprodutivos; perceber se a preocupação política encontra eco nos interesses e nas necessidades concretas dos cidadãos, numa esfera da vida privada feita de escolhas, preferências e recusa do controlo social.

Ora, a baixa fecundidade da sociedade portuguesa encerra particularidades no contexto europeu. Ao contrário do que é já uma tendência consistente noutros países – haver uma franja expressiva da população que, por escolha ou circunstância, não tem filhos – em Portugal a transição para a parentalidade continua a ser procurada e alcançada pela esmagadora maioria da população. Em con-

partida, a transição para o segundo filho dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar, tendo em conta a elevada proporção de filhos únicos, muito embora o ideal dos 2 filhos continue a marcar claramente as preferências dos portugueses.

Este desacerto entre ideais e comportamentos reprodutivos constitui, assim, uma porta da entrada para as políticas de natalidade. No entanto, para apreendermos o alcance e os limites da sua influência, importa dar a palavra aos atores sociais. Só assim podemos conhecer as intenções reprodutivas e as razões que ditam ou condicionam as decisões que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa.

A partir de resultados de uma investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra, vamos dar a conhecer as intenções reprodutivas de homens e mulheres da coorte de 1970-75, bem como a diversidade de razões que são pesadas numa eventual transição para o segundo filho.

O que se constata é que, se há arenas que poderão ser menos permeáveis a políticas de incentivo à natalidade, há outras que merecem uma reflexão aprofundada, pois apontam para um conjunto de condições mínimas que homens e mulheres consideram importantes na decisão de ter um filho e que não estão a ser devidamente garantidas.

Introdução:

Que lugar para as políticas públicas de natalidade no quadro da privatização dos comportamentos reprodutivos?

A inclusão do tópico da baixa natalidade na agenda política de variadíssimos países tem sido legitimada pelas suas consequências na sustentabilidade demográfica das populações, das sociedades e do próprio Estado Social como o conhecemos – assente num contrato entre gerações, a seu tempo contributivas e beneficiárias –, a verdade é que as transformações demográficas no campo da fecundidade resumem, afinal, mudanças que têm vindo a operar-se à escala micro dos comportamentos reprodutivos dos indivíduos.

E que mudanças são essas? São mudanças que exprimem a passagem de um paradigma reprodutivo e podemos designar de *exo-regulado* – no qual são instâncias exteriores (a Igreja e o Estado em primeira linha, mas também os códigos sociais) que definem quem tem o direito e dever de aceder à qualidade reprodutiva e quem fica excluído dela, sancionado mesmo as condutas desviantes – para um paradigma reprodutivo fundamentalmente *endo-regulado* – no qual a reprodução assume um estatuto de assunto privado, sem lugar para ingerências, cabendo aos indivíduos o direito à escolha. Aqui não estamos a falar apenas da escolha entre ter ou não ter filhos. Em boa verdade, trata-se de uma sucessão de escolhas que implicam uma grande dose de agenciamento: escolher ter 1, 2 ou 3 filhos; escolher fazer uma vigilância contraceptiva cerrada e escolher suprimi-la quando chega o momento certo; escolher recorrer à interrupção da gravidez quando esta não é desejada, ou escolher avançá-la adiante; escolher recorrer à procriação medicamente assistida quando, pelo contrário, a gravi-

dez é desejada mas teima em não chegar; e, até, escolher em consciência não fazer escolhas em relação ao número de filhos e ao momento certo para os ter, por parte daqueles para quem essa escolha é um projeto de vida.

Assim sendo, este novo paradigma reprodutivo abre caminho à diversidade de comportamentos reprodutivos – dentro, mas agora também fora da vida em casal – tornando as formas de constituir e viver em família também elas mais livres e plurais, pelo que é de admitir que ter apenas 1 filho, ou não ter de todo, podem configurar novos e legítimos ideais de vida privada, pelo menos em determinados setores da população.

Esta é, aliás, a ideia avançada por alguns autores, ao constatarem sinais de mudança nos ideais de fecundidade dos europeus (Goldstein et al., 2003; Lutz et al., 2006). Contrariando o que tem sido regra de há algumas décadas a esta parte na sociedade europeia – a grande estabilidade e generalização do ideal dos 2 filhos – estes autores verificaram que, nos países de língua alemã, as coortes etárias mais jovens começam a declarar ideais de fecundidade abaixo dessa fasquia simbólica. A justificação que encontram para tal, é o fato de esses países terem sido pioneiros no declínio da fecundidade para níveis muito baixos. O ambiente familiar e social no qual estas coortes jovens – que, entretanto, chegaram à idade reprodutiva – nasceram e foram socializadas, terá conduzido à idealização desse modelo de família mais pequena. Inclusivamente, estes autores arriscaram a hipótese de que esta tendência emergente iria registar-se em breve noutros países de baixa fecundidade persistente, entre os quais estariam Portugal e os restantes países da Europa do Sul.

Ora, sendo conhecido o papel catalisador das preferências no enquadramento dos comportamentos reprodutivos em contexto de *endo-regulação*, este cenário deixa pouca margem de manobra para esperar uma retoma da fecundidade nos países que, como disseram, caíram nesta “armadilha” (Lutz et al., 2006). E, assim sendo, é legítimo perguntar se há aqui lugar para políticas públicas de incentivo à natalidade, ou seja, se a preocupação política com o cenário demográfico encontra eco nos interesses dos cidadãos nesta esfera da vida privada. Vamos, portanto, tentar responder a esta interrogação.

Vários são os autores que têm pensado esta questão avaliando o alcance das medidas políticas de diferentes países nos seus níveis de fecundidade (Gauthier, 2007; Thévenon & Gauthier, 2011; McDonald, 2002/3)¹. Trata-se de uma reflexão sem dúvida fundamental e que importa fazer para o caso português. No entanto, a proposta deste texto é outra, é a de iluminar a perspetiva dos atores sociais, homens e mulheres que se encontram numa faixa etária economicamente ativa e de constituição da vida familiar. Pretende-se conhecer as suas intenções reprodutivas e o modo como fazem sentido das mesmas, ou seja, as razões que determinam ou condicionam as suas decisões na esfera da reprodução. Só desta forma podemos reconhecer a diversidade de circunstâncias que sustenta a baixa fecundidade na sociedade portuguesa e identificar as medidas de incentivo à natalidade que podem ir ao encontro dos interesses dos cidadãos – dando resposta às suas necessidades concretas – mas também os seus limites no quadro da privatização das decisões reprodutivas.

1 Sobre a evolução, nos últimos anos, das políticas de famílias em Portugal ver Wall, Aboim & Leitão (2010).

A baixa fecundidade portuguesa à luz das trajetórias reprodutivas das gerações

A baixa fecundidade portuguesa encerra particularidades no contexto europeu que importa sublinhar: é um dos países onde a proporção de filhos únicos é mais elevada, mas onde a proporção de mulheres sem filhos é das mais baixas, se não mesmo a mais baixa (Frejka, 2008). Se considerarmos a coorte de mulheres nascidas em meados dos anos 60, 32% tiveram apenas 1 filho e só 5% não tiveram filhos². Para percebermos o significado deste número, importa referir que em países com níveis elevados de fecundidade no contexto europeu, como a França ou a Suécia, a proporção de mulheres que não fizeram a transição para a maternidade situou-se entre 10 e 15%; e em Itália, país com um ISF³ próximo do nosso, praticamente uma mulher em cada 4 não teve filhos (Frejka, 2008). E por que é que é importante sublinhar este dado? Porque, ao contrário do que é já uma tendência consistente em vários países europeus – haver uma franja expressiva da população que, por escolha ou circunstância, não tem filhos (González & Jurado-Guerrero, 2006) – na sociedade portuguesa a transição para a parentalidade continua a ser procurada e alcançada pela esmagadora maioria da população. Em contrapartida, a transição para o segundo filho, essa sim, dá sinais de ser cada vez mais difícil de alcançar (Cunha, 2007)⁴, apesar de o ideal dos 2 filhos continuar a marcar amplamente as preferências dos portugueses, como comprovam dados do Eurobarómetro sobre ideais de fecundidade (Testa, 2007).

Daí a necessidade de nos interrogarmos sobre as condições que interferem nas escolhas e ditam as decisões reprodutivas dos portugueses, para tal indagando aqueles que estão numa faixa etária onde estas decisões estão a ser ou foram tomadas recentemente. E foi justamente o que fizemos, no âmbito de um projeto de investigação⁵ que visou reconstituir os percursos de vida de mulheres e homens portugueses de três gerações específicas: nascidas em 1935-40, 1950-55 e 1970-75. Os resultados que se seguem referem-se às suas trajetórias reprodutivas, e em especial dos homens e das mulheres da geração mais nova, visto encontrarem-se numa etapa-chave do ciclo de vida onde as decisões na esfera reprodutiva estão em equação.

Importa explicar que escolhemos estas gerações porque elas nasceram, cresceram e sobretudo fizeram a transição para a vida adulta em diferentes períodos históricos e políticos da sociedade portuguesa, aos quais se associam constelações de valores muito distintas, nomeadamente a respeito da vida familiar: no quadro do Estado Novo, no período da transição democrática, e no contexto da integração europeia. No entanto, estas gerações também personificam, curiosamente, a passagem de

2 Para uma análise demográfica aprofundada da fecundidade das gerações ver Oliveira (2008).

3 Índice Sintético de Fecundidade: número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos) num dado ano.

4 Sobre esta questão ver também a contribuição de Isabel Tiago de Oliveira na presente publicação: "A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento".

5 "Trajetórias Familiares e Redes Sociais: percursos de vida numa perspectiva intergeracional" (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008-2011, coordenação de Karin Wall). No âmbito deste projeto foi aplicado um inquérito em Portugal Continental, entre final de 2009 e início de 2010, a 1500 portugueses (500 de cada geração).

um paradigma reprodutivo exo-regulado, para um paradigma reprodutivo *endo-regulado*, como se pode depreender do quadro seguinte.

Quadro 1 – Elementos das trajetórias reprodutivas das gerações

	1935-40	1950-55	1970-75 actual	1970-75 Potencial**
Filhos				
0	7%	9%	22%	13%
1	22%	23%	35%	24%
2	34%	43%	31%	44%
3 ou +	37%	25%	13%	20%
Nº médio	2,7	2,0	1,4	1,7
Idade ao 1º nascimento				
←=20 anos	11%	14%	-	14%
21-25 anos	41%	49%	-	31
26-30 anos	35%	27%	-	33%
→=31 anos	13%	10%	-	23%
Intervalo dos nascimentos*	3,8	4,3	4,9	-

* Entre 1º e 2º nascimento (em anos)

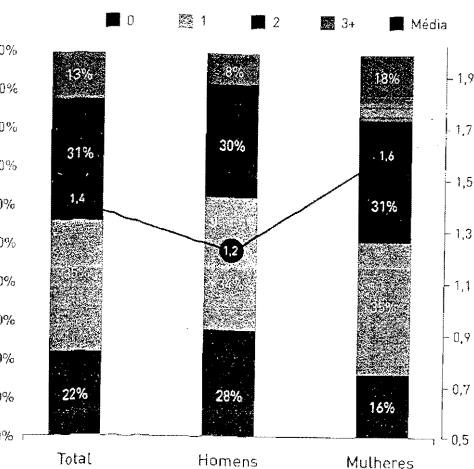
** Valores estimados a partir das intenções reprodutivas reportadas

A trajetória reprodutiva da geração de 1935-40 caracterizou-se, então, pela extensiva transição para a parentalidade e pelos nascimentos numerosos que se sucederam rapidamente, sintoma de uma sexualidade conjugal pouco protegida. A trajetória reprodutiva da geração de 1950-55 também se caracterizou pela extensiva transição para a parentalidade, aliás ligeiramente mais precoce em relação à geração anterior devido à antecipação da idade ao casamento de que esta geração foi protagonista. Mas, apesar disso, regista-se a quebra das descendências numerosas aliada ao adiamento do 2º nascimento (e mais ainda do 3º), o que é consistente com um planeamento familiar mais eficiente. De facto, esta é a geração que teve acesso à contraceção hormonal e que consolidou a descendência de 2 filhos na sociedade portuguesa. Já a trajetória reprodutiva da geração de 1970-75, não só amplifica as tendências de diminuição e adiamento dos nascimentos de segunda ordem, mas também se caracteriza, então, pelo aumento das descendências de filho único e pelo adiamento da transição para a parentalidade para idades mais tardias.

As intenções e as decisões reprodutivas da geração de 1970-75

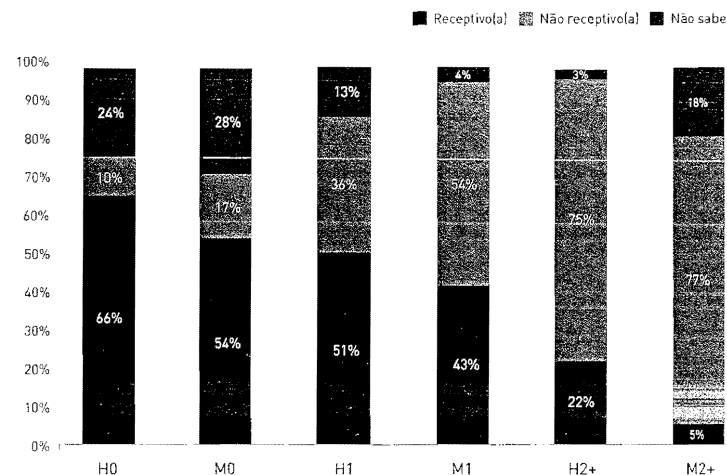
Quando consideramos o número de filhos dos homens e das mulheres da geração mais nova – que tinham à data da inquirição entre 35 e 40 anos –, verificamos que 22% ainda não tinham filhos e 5% tinham apenas 1 filho (gráfico 1). O adiamento da parentalidade é ainda mais expressivo no caso dos homens: 28% ainda não tinham filhos contra 16% das mulheres. E este desfasamento dos calendários reprodutivos reflete-se nas diferentes intensidades da fecundidade, que é menor para os homens nesta faixa etária (em média 1,2 filhos vs. 1,6 para as mulheres).

Gráfico 1 – N.º atual de filhos (% e média): total, homens e mulheres



Significa isto que os homens estão menos interessados em ter filhos ou trata-se efetivamente apenas de uma questão de adiamento? Responder a esta interrogação implica conhecer as intenções reprodutivas que esta geração de 1970-75 ainda acalenta (gráfico 2).

Gráfico 2 – Intenções reprodutivas presentes, segundo o n.º de filhos tidos (%): homens e mulheres



Antes de mais, o número de filhos já tidos é um indicador-chave para compreender as intenções presentes, pois enquanto os homens e as mulheres que já têm pelo menos 2 filhos em regra não estão receptivos à ideia de ter mais, já aqueles que ainda não têm filhos, ou têm apenas 1, ainda equacionam essa possibilidade. Contudo, os homens desta faixa etária estão sempre mais receptivos do que as mulheres à ideia de ter filhos. De tal modo assim é que, no caso daqueles que têm apenas 1 filho, ainda são mais aqueles que estão receptivos do que aqueles que já não estão, o contrário acontecendo com as mulheres. Por conseguinte, eles não estão a recusar a parentalidade. O que se passa é que, embora adiem mais, à medida que se aproximam dos 40 anos também são mais otimistas em relação à possibilidade de virem a ser pais ou de terem mais filhos. E este é um resultado interessante, na medida em que levanta a ponta do véu em relação a uma desigualdade de género que tem lugar na esfera da reprodução: se as mulheres são mães tendencialmente mais cedo, recuperar de um adiamento voluntário ou involuntário em idades mais tardias constitui uma oportunidade que não é igual para homens e mulheres, pois é condicionada por uma agenda de fertilidade que é, em regra, mais generosa (longa) para os homens.

A transição para a parentalidade da geração de 1970-75 é, portanto, uma questão que se coloca para 22% de indivíduos, mas a disponibilidade para realizá-la ainda é grande, como acabámos de constatar. Já a questão da transição para o segundo filho parece ser mais fraturante e coloca-se para 35% dos homens e das mulheres que têm no momento 1 filho único. Conhecer as razões que os levam a adiar a vinda do segundo filho quando ainda estão receptivos (mais os homens), assim como as razões para não darem esse passo (mais as mulheres), é a nossa proposta para compreendermos as decisões reprodutivas que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa.

O inquérito contemplava uma série de afirmações recobrando diferentes circunstâncias e constrangimentos, mas também preferências, que podem intervir nas decisões reprodutivas. Os inquiridos foram chamados a posicionar-se em relação a cada uma delas identificando o grau de importância que cada uma tem ou teve na sua decisão. Deste modo tornou-se possível aferir a diversidade das razões que sustentam as decisões reprodutivas, mas também perceber as que mais contribuem na decisão de adiar e na decisão de recusar a vinda de um segundo filho (quadro 2).

Ora, a primeira constatação prende-se com a evidente preponderância de considerações de ordem económica nas decisões tanto de adiar como de recusar a transição para o 2º filho. Assim, pesam sobremaneira nestas decisões os custos ligados à educação – que podem ir muito além do custo da educação formal, pois há hoje um leque de bens e serviços socioculturais e lúdicos que muitos pais se esforçam por proporcionar aos seus filhos. No entanto, mesmo os custos inerentes à educação formal, num quadro de instabilidade, precariedade ou mesmo rutura laboral e financeira – como estes dados também espelham – podem ser difíceis de suportar pelas bolsas das famílias.

Outras causas, que pesam em ambas as decisões, prendem-se com a (tantas vezes) precária conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, como se fosse *um trapézio sem rede*: sem oferta suficiente de rede pública e de apoios financeiros para as necessidades da procura; sem rede pessoal, quando falha a família para ajudar na gestão do quotidiano; e sem o devido equilíbrio entre o que se investe – com ou sem escolha – no trabalho e na família.

Outro tipo de razões – que pode não estar, aliás, muito distante dos anteriores – aponta, justamente, para a necessidade de proteger um certo equilíbrio que se alcançou na vida familiar e que só é sustentável, na perspetiva dos inquiridos, com o filho único. Esta pode ser uma motivação para não avançar para o segundo filho: definitivamente, quando o equilíbrio é frágil, ou pelo menos enquanto o primeiro ainda representa um encargo avultado e requer tempo e energia.

Quadro 2 – Razões que contribuem para adiar e recusar a transição para o 2º filho

	Adiar	Recusar
Incerteza financeira e profissional		
Despesas elevadas com a educação dos filhos	76%	81%
Situação profissional pouco estável	58%	73%
Dificuldades financeiras (presentes e/ou antecipadas)	78%	68%
Conciliação família & trabalho		
Falta de incentivos públicos para ter filhos (creches, apoio financeiro)	57%	66%
Trabalho muito exigente (falta de tempo, disponibilidade)	51%	42%
Falta de ajudas familiares para ter filhos (ter alguém com quem contar)	47%	39%
Equilíbrio familiar		
A vida pessoal/familiar está bem assim, um filho viria destabilizar	24%	55%
Já tem o nº de filhos que queria*	-	62%
O(A) filho(a) ainda é muito pequeno(a)**	44%	-
Desvantagens internas (psicológicas, biológicas, saúde)		
Idade avançada para ter filhos	8%	32%
Problemas de saúde	3%	26%
Problemas de fertilidade	14%	18%
Não se sente capaz de tomar conta de outra pessoa	5%	4%
Má experiência com um aborto***	0%	11%
Não se sente preparada para passar pela gravidez/parto***	5%	11%
Dinâmica conjugal		
Cônjuge não quer ter filhos	19%	34%
Problemas na relação com o cônjuge	4%	9%
Não está com a pessoa certa OU não encontrou a pessoa certa	9%	8%
Dinâmica parental		
Os filhos perturbam a relação íntima do casal	17%	12%
Ser pai/mãe não é/era um objetivo na vida	30%	7%
Ser pai/mãe não tem sido uma experiência muito positiva	4%	7%
Problemas na relação com o(a) filho(a) [difícil, deficiente]	1%	5%

* Só para quem não quer ter mais filhos

** Só para quem ainda quer ter mais filhos

*** Só para mulheres

Mas há outras circunstâncias que também são equacionadas nas decisões, algumas das quais marcando mais a decisão de não ter um 2º filho do que a de adiar. São as desvantagens de foro pessoal – como os problemas de saúde e o sentimento de que a idade já não é adequada para ter filhos –, mas também a posições desencontradas no casal, ou seja, quando a oposição do cônjuge funciona como uma força de bloqueio.

Por outro lado, há motivos que parecem ditar mais o adiamento, e esses dizem respeito a uma dinâmica parental nem sempre gratificante. A ambivalência em relação à maternidade/paternidade, ou o efeito desorganizador que uma criança pode ter na vida conjugal, pode implicar que é preciso tempo para recuperar a vontade *abalada*.

Uma chamada de atenção para os problemas de fertilidade, para dizer que a incidência reportada pelos inquiridos ronda os 16%. Se bem que este seja um problema com que homens e mulheres se confrontam também em idades jovens, a verdade é que os sucessivos adiamentos – do 1º filho, do 2º filho – podem inviabilizar, sem mais, as intenções reprodutivas.

Importa ainda juntar um último elemento de reflexão à luz dos resultados. Se a incidência do filho único nesta geração é um fenómeno bastante transversal que não diferencia grandemente grupos sociais, já o mesmo não se pode dizer em relação à maior ou menor receptividade à vinda de um 2º filho, pois a decisão de *fechar a porta* ou de *deixá-la entreaberta* não está distribuída de modo assim tão uniforme. Tal revela que chegar à faixa etária dos 35-40 anos apenas com 1 filho, embora comum, não tem necessariamente o mesmo significado para todos os que se encontram nessa situação, como podemos ver pelos dados que se seguem (quadro 3).

Quadro 3 – Elementos sociodemográficos e intenções reprodutivas presentes

	Receptivo (a)	Não receptivo (a)	Não sabe
Situação conjugal			
Está em casal	50%	42%	9%
Não está em casal	42%	52%	6%
Nível de escolaridade			
Baixo	44%	50%	7%
Médio	49%	39%	12%
Superior	55%	41%	5%
Condição perante o trabalho			
Trabalha	55%	35%	10%
Não trabalha	16%	82%	2%

Assim, a situação conjugal presente é um elemento decisivo, pois não estar a viver em casal liga-se a uma menor abertura para fazer a transição para o 2º filho. E o nível de escolaridade também introduz algum efeito, pois a abertura aumenta com os capitais escolares. Efetivamente, na sociedade portuguesa, os indivíduos com baixas qualificações escolares acumulam desvantagens na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, pois aos fracos recursos económicos, que se associam em regra à sua baixa formação escolar, tende a somar-se a falta de apoios familiares na organização quotidiana dos cuidados às crianças (Karin et al, 2001), sem dúvida um elemento-chave para ponderar a transição para o 2º filho. Mas a variável mais determinante na decisão de adiar o 2º filho ou ficar pelo filho único é, como se constata, a relação com o mercado de trabalho: estar fora do mercado de trabalho, em especial por desemprego, é, no fim de contas, um dado decisivo para *fechar a porta* à parentalidade. O emprego – estável, com remuneração condigna – constitui, assim, uma das condições mais importantes nesta equação.

Reflexões finais:

As políticas públicas enquanto garante do direito à escolha

Regressando agora à interrogação de fundo que se trouxe para esta reflexão – se a preocupação política com a baixa natalidade encontra eco nos interesses privados dos cidadãos – o ponto da situação feito por este estudo não podia ser mais categórico: as decisões reprodutivas que estão a ser tomadas presentemente na sociedade portuguesa reflectem bem mais o difícil acesso ao 2º filho, do que o livre exercício do direito à escolha na esfera da reprodução. E porquê? Porque há um “pacote mínimo de condições” (González & Jurado-Guerrero, 2006), aliás bastante consensual, que, hoje em dia, homens e mulheres sentem que precisam de reunir para tomar a decisão de ter um filho. E se elas não estão garantidas, os filhos que se desejam, ou se adiam, ou não se têm, pura e simplesmente. Nem todas as condições parecem estar – pelo menos directamente – sob a alçada das políticas, e certamente também mereceriam uma reflexão em outros fóruns. Refiro-me às situações de natureza mais relacional, como a desadequação ou a divergência conjugal, nomeadamente em relação às intenções reprodutivas, ou a deceção com a experiência parental e com a criança que pode deter um papel disruptivo na vida pessoal e conjugal. Estas são razões que também pesam.

Mas grande parte das condições cabem, afinal, nessa alçada de uma política pública multifacetada de promoção da natalidade, pois prende-se, como vimos, com a salvaguarda do acesso dos cidadãos: ao emprego e a rendimentos condignos, a uma rede de equipamentos educativos compatível com os orçamentos e as necessidades das famílias, a uma cultura laboral mais respeitadora do direito à vida privada; a benefícios que aliviem os custos directos que uma criança representa. O papel do Estado na garantia deste “pacote de condições” consubstancia, em grande medida, o reconhecimento público do valor social da parentalidade. E passa a mensagem de que ter filhos é um direito individual (e já

não um dever), mas igualmente um bem social, pelo que o Estado tem uma quota-parte de responsabilidade na promoção do seu bem-estar em sentido lato.

Dito isto, facilmente se depreende que mesmo em contextos de grave recessão económica e crise de emprego, como é o atual⁶, arrepiar caminho neste contrato implícito de co-responsabilidade entre o Estado – que tem interesse em incrementar a natalidade – e os cidadãos – que querem ter um acesso digno à parentalidade – é passar uma mensagem contraditória, senão mesmo pouco natalista. O desemprego, a precariedade e a incerteza laboral e a diminuição dos rendimentos, aliados a cortes de benefícios, nomeadamente dirigidos às crianças, constituem para as famílias com filhos uma sobrecarga pouco sustentável nos seus equilíbrios já precários; e promove um clima de incerteza e insegurança, propício a estratégias reprodutivas defensivas – adiar para melhores dias, *encolher* as intenções iniciais – ou, como diz judiciosamente Livi Bacci (2001), a comportamentos de “anorexia reprodutiva”. Importa ainda sublinhar a ideia que nos contextos de adversidade, na ausência da *almofada* amortecedora das políticas públicas, há um forte risco de agudização das desigualdades sociais. Neste caso muito em concreto, a desigualdade no acesso à parentalidade. E isto significa que o direito à escolha nesta esfera – consagrado, aliás, na Constituição – passa a ser um privilégio de alguns cidadãos.

Em suma, e mesmo para rematar, é a coerência das políticas públicas, a sua estabilidade no tempo e sua capacidade de reduzir a incerteza, que constituem, como referiram Thévenon & Gauthier (2011), elementos-chave para criar nos cidadãos a confiança necessária para fazerem as suas escolhas reprodutivas, sem receio de que o contrato implícito de co-responsabilidade seja quebrado.

Referências bibliográficas

- Cunha, V. (2007), *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Frejka, T. (2008), “Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?”, *Demographic Research*, 19 (4): 47-72.
- Gauthier, A. (2007), “The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature”, *Population Research and Policy Review*, 26 (3): 323-346.
- Goldstein, J., Lutz, W. & Testa, M. R. (2003), “The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe”, *Population Research and Policy Review*, 22: 479-496.
- González, M.-J. & Jurado-Guerrero, T. (2006), “Remaining childless in affluent economies: a comparison of France, West Germany, Italy and Spain, 1994–2001”, *European Journal of Population*, 22: 317–352.

⁶ Importa reforçar que o inquérito foi aplicado entre final de 2009 e início de 2010, refletindo o cenário macroeconómico e os níveis de confiança de então, não os atuais.

Livi Bacci, M. (2001), “Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility”, *Population and Development Review*, 27 (supplement): 282-289.

Lutz, W., Skirbekk, V. & Testa, M. R. (2006), “The low fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe”, *Vienna Yearbook of Population Research* 2006: 167-192.

MacInnes, J. & Díaz, J. P. (2009), “The reproductive revolution”, *The Sociological Review*, 57 (2): 262-284.

McDonald, P. (2002/3), “Sustaining fertility through public policy: the range of options”, *Population*, 57: 417-446.

Oliveira, I. T. (2008). “Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005”, *Análise Social*, 186: 27-51.

Testa, M. R. (2007), “Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey”, *Vienna Yearbook of Population Research*: 357-379.

Thévenon, O. & Gauthier, A. (2011), “Family policies in developed countries: a ‘fertility-booster’ with side-effects”, *Community, Work & Family*, 14 (2): 197-216.

Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. & Vasconcelos, P. (2001), “Families and Informal Support Networks in Portugal: the Reproduction of Inequality”, *Journal of European Social Policy*, 11(3): 213-233.

Wall, K., Aboim, S., & Leitão, M. (2010), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Relatório 2010*, Lisboa, OFAP/ICS-UL (http://www.observatoriodofamilias.ics.ul.pt/images/pdf/ofap_relatorio_familia_e_mudanca_e_politicas_de_familia).